

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007660-86.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Tania Regina Tronco**
Requerido: **Ietech Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado contrato de ensino com a ré, pagando-lhe antecipadamente a quantia de R\$ 5.603,50.

Alegou ainda que depois de matriculada se viu às voltas com compromissos profissionais que a impediram de frequentar o curso, de sorte que enviou a ela carta em 29/08/2016 comunicando a intenção de desistência e postulando a devolução dos valores pagos.

Salientou que a ré se comprometeu a restituir somente R\$ 3.600,00 em duas parcelas, mas não o fez.

Almeja ao recebimento da importância integral paga à ré, além de perdas e danos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ressalto de início que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem aplicação na espécie, não assumindo qualquer relevância a falta de menção ao CDC na petição inicial porque é óbvio que isso não afasta a análise da causa à luz desse diploma.

É relevante registrar, por oportuno, que a ré não poderia sequer invocar eventual surpresa sobre o assunto, porquanto o despacho de fl. 95 foi explícito em indicar que ele teria incidência aqui.

Ademais, a leitura da peça exordial denota que a autora literalmente declarou entender que o valor proposto pela ré para devolução importaria retenção de mais de 35% do que foi pago, o que seria abusivo (fl. 02, penúltimo parágrafo).

Isso importa promover em última análise a discussão sobre a validade da cláusula contratual invocada pela ré como lastro à sua posição.

Assentadas essas premissas, tenho como incontroversa a celebração do contrato entre as partes (fls. 09/11) e o pagamento pela autora de R\$ 5.603,50 (fl. 08) para quitação integral do curso que teria o total de 960 horas (fl. 09).

As partes, outrossim, reconheceram que somente em 29/08/2016 a autora levou a conhecimento da ré sua intenção em desistir do curso, admitindo a ré que ela efetivamente participou de 225 horas do mesmo (fl. 88).

Conquanto a autora tenha esclarecido que não frequentou nenhuma aula, os documentos de fls. 78, 80, 82, 84 e 86 apontam para sentido contrário, nada havendo de concreto a lançar dúvidas sobre os mesmos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

De qualquer modo, é certo que como a autora apenas em 29/08/2016 externou o desejo de cancelar o contrato esse parâmetro deve ser tomado em conta para o cálculo do valor devido por ela a título de multa e, consequentemente, pela ré como devolução.

Resta então examinar se a cláusula preconizada pela ré para alicerçar sua conduta deve ser tida como válida ou abusiva.

Dispõe a cláusula quinta do contrato que "*poderá o (a) CONTRATANTE solicitar a rescisão do presente contrato, ocasião em que referido ato acarretará ao (a) CONTRATANTE a responsabilidade de quitar as aulas já ministradas, a mensalidade a vencer dentro de 30 (trinta) dias e ainda uma cláusula penal a título de multa compensatória de 20% do saldo devedor contratual – ... – aferido até a data do pedido de rescisão, uma vez que a empresa CONTRATADA arcou com diversos custos como contratação de professores, compra de material didático, fora demais despesas*" (fl. 10).

Tenho a estipulação em apreço como abusiva, na medida em que contempla montante elevado para a consumação da rescisão do contrato.

Nada justifica a cobrança de mensalidade concernente a mês em que o aluno não participou do curso e tampouco a cláusula penal no patamar de 20% do saldo devedor, não se podendo olvidar que a ré não amealhou dados concretos sobre as despesas que teria suportado para estabelecer tais parâmetros.

A situação versada, como se não bastasse, patenteia a exagerada desvantagem da autora em face da ré.

O Egrégio Tribunal de Justiça já apreciou questão semelhante que atinava precisamente a contrato de prestação de serviços educacionais, proclamando a abusividade de multa fixada em 20% do valor do contrato.

É importante repetir trecho do v. acórdão aludido, pela consistência dos argumentos oferecidos em prol do entendimento acolhido, com destaque para o magistério de **CAIO MÁRIO** em seu abono.

Assim:

“Vale consignar que a multa compensatória, conhecida como cláusula penal, almeja a reparação pecuniária por perdas e danos decorrentes do descumprimento contratual por parte do contratante, possuindo as finalidades de funcionar como meio intimidativo e fixar o valor da reparação. Com efeito, o art. 413 do Código Civil prescreve que 'a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio' (grifos nossos). Caio Mário, a propósito, discorre que 'não é mais mera faculdade do juiz a determinação de redução da pena em caso de excessiva onerosidade ou desproporção da pena ou de cumprimento parcial da obrigação principal, e sim dever do magistrado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*de assim proceder. Daí a substituição do verbo 'poder' (art. 924 do Código Civil de 1916) pelo verbo 'dever' (art. 413 do Código Civil de 2002), notadamente sob a influência dos princípios norteadores da teoria contratual'. E, ainda, que, 'quanto à redutibilidade por implemento parcial, o juiz inspira-se no princípio da equidade, dosando a diminuição da pena, segundo o seu arbítrio e tendo em conta o princípio da boa-fé objetiva no confronto com o 'homem de negócios real e honesto'. No tocante ao excesso da pena, sua redução dar-se-á por manifesto. O julgador apreciará o valor da penal, confrontando-o com as demais circunstâncias do negócio, e somente o diminuirá se for manifesto, ostensivo, perceptível a todo surto de vista'. No caso vertente, em que pese não encontrar amparo legal a exclusão da multa compensatória, em atenção ao princípio do pacta sunt servanda, se mostra exorbitante o percentual fixado em 20% do valor total do contrato, que não é razoável em vista das normas protetivas da lei consumerista (art. 51, IV c.c. § 1º, III, do CDC). Assim, de rigor a redução da multa compensatória para 5% do valor do contrato, a ser corrigida desde a data de vencimento da última prestação do curso (agosto de 2013), acrescida de juros de mora a partir da citação, mantidos os ônus sucumbenciais como fixados na decisão profligada." (Apelação nº 1012916-40.2015.8.26.0320, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MARCOS GOZZO**, j. 27/09/2017 - grifei).*

Acresço que o mesmo decisório fez referência a outro do mesmo Sodalício em idêntica direção:

"Prestação de serviços educacionais. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual. Desistência do curso. Pretensão da instituição de ensino ao recebimento de 20% do valor total do contrato, a título de multa compensatória. Abusividade. Embora válida a cláusula penal constante do contrato de prestação de serviços educacionais, afigura-se abusiva a multa compensatória no patamar de 20% do valor total do contrato, motivo pelo qual deve ser reduzida a valor razoável. Recurso não provido." (Apelação 0066930-37.2009.8.26.0114; Relator(a): Cesar Lacerda; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/06/2012; Data de registro: 25/06/2012).

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie vertente, de sorte que, considerando que a autora pagou R\$ 1.314,00 pelas aulas ministradas de um total de R\$ 5.603,50 entendendo que uma multa equivalente a 10% do remanescente da dívida é razoável.

Significa dizer que diante da cláusula penal nesse patamar, correspondente a R\$ 428,95 (R\$ 5.603,50 – R\$ 1.314,00 = R\$ 4.289,50), a autora fará jus à devolução de R\$ 3.860,55.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Essa solução, inclusive, está em consonância com o previsto na primeira parte do art. 6º da Lei nº 9.099/95.

A correção monetária da importância incidirá desde agosto de 2016, ou seja, desde que a autora externou o desinteresse por continuar o curso, cumprindo observar que inexistiu determinação de que estivesse obrigada a fornecer à ré número de conta para o respectivo depósito.

Solução diversa aplica-se ao pleito de perdas e danos, inexistindo nos autos suporte seguro para apontar que a autora experimentou prejuízos dessa natureza que demandassem ressarcimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.860,55, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2016, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA